




O CONTEXTO POLÍTICO DA PRODUÇÃO DE IGNACIO MARTÍN-BARÓ

*THE POLITICAL CONTEXT OF THE PRODUCTION OF IGNACIO
MARTÍN-BARÓ*

EL CONTEXTO POLÍTICO DE LA PRODUCCIÓN DE IGNACIO MARTÍN-BARÓ

Gisele Cardoso Costa¹ 

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Marilene Proença Rebello de Souza² 

Universidade de São Paulo, Brasil

Resumo : Desde a década de 1970 a obra de Ignacio Martín-Baró pode ser considerada um ponto de inflexão no pensamento social latino-americano, com destaque para o campo da psicologia. Sob forte influência de autores ligados à discussão de Libertação Nacional em todos os rincões da América Latina, os escritos de Martín-Baró, foram formulados mediante o ascenso da guerra civil na América Central e da luta pela redemocratização na América do Sul. É nesse sentido que o presente artigo, a partir do método do materialismo histórico e dialético, busca apresentar os postulados do intelectual espanhol por meio das bases materiais e dos debates políticos vinculados a um contexto histórico que determinaram o desenvolvimento, e sobretudo, a radicalização de seus pressupostos. Assim, a obra de Martín-Baró é apresentada ao leitor como uma obra inalienável à situação conjuntural-estrutural da realidade objetiva da América Latina, durante as décadas de 1970 e 1980, sendo seu pensamento parte da crítica de Libertação Nacional que marcou o debate político das organizações populares e partidários naquele período.

Palavras-chaves: Ignacio Martín-Baró, América Latina, Libertação Nacional

Abstract: Since the 1970s, Ignacio Martín-Baró's work can be considered a turning point in Latin American social thought, with an emphasis on the field of psychology. Under the strong influence of authors linked to the discussion of National Liberation in all corners of Latin America, the writings of Martín-Baró were formulated through the rise of civil war in Central America and the struggle for redemocratization in South America. This article, based on the method of historical and dialectical materialism, seeks to present the postulates of the Spanish intellectual through the

¹.Mestre em Ciência. Professora na Universidade Federal do Amazonas. Doutoranda em Ciência pelo Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina, Universidade de São Paulo. E-mail: giseleccosta@usp.br

² Doutora em Psicologia. Professora do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina – Universidade de São Paulo. E-mail: marileneproenca@gmail.com

material bases and political debates linked to a historical context that determined the development, and above all, the radicalization of its assumptions. Thus, the work of Martín-Baró is presented to the reader as an inalienable work to the conjunctural-structural situation of the objective reality of Latin America, during the 1970s and 1980s, his thinking being part of the critique of National Liberation that marked the political debate popular and partisan organizations in that period.

Keywords: Ignacio Martín-Baró, Latin America, National Liberation

Resumen: Desde la década de 1970 la obra de Ignacio Martín-Baró puede considerarse un punto de inflexión en el pensamiento social latinoamericano, con énfasis en el campo de la psicología. Bajo fuerte influencia de autores vinculados a la discusión de Liberación Nacional en todos los rincones de América Latina, los escritos de Martín-Baró fueron formulados mediante el ascenso de la guerra civil en Centroamérica y la lucha por la redemocratización en Sudamérica. En este sentido, el presente artículo, a partir del método del materialismo histórico y dialéctico, busca presentar los postulados del intelectual español por medio de las bases materiales y de los debates políticos vinculados a un contexto histórico que han determinado el desarrollo, y sobre todo, la radicalización de sus presupuestos. Así, la obra de Martín-Baró es presentada al lector como una obra inalienable a la situación coyuntural-estructural de la realidad objetiva de América Latina, durante las décadas de 1970 y 1980, siendo su pensamiento parte de la crítica de Liberación Nacional que marcó el debate político de las organizaciones populares y partidarios en aquel período.

Palabras-claves: Ignacio Martín-Baró, América Latina, Liberación Nacional

DOI:10.11606/issn.1676-6288.prolam.2020.167973

*Recebido em: 20/03/2020
Aprovado em: 28/06/2020
Publicado em: 01/07/2020*

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar o pensamento de Ignacio Martín-Baró como parte intrínseca das próprias demandas represadas na história da América Latina, isto é, a tarefa de Libertação Nacional que atravessou os séculos de colonização e adentrou na democracia liberal sem que fosse cumprida.

A metodologia de construção desse artigo é então correspondente à intencionalidade enunciada, ou seja, a compreensão de que a produção intelectual e aparentemente individual não existe em si mesma como abstrações idealistas separadas da realidade objetiva e isoladas da sociedade, mas sim como produto determinado e determinante das relações sociais. (MARX, 2013).

Nascido no ano de 1942, no noroeste da Península Ibérica, mais exatamente na cidade espanhola de Valladolid, Ignacio Martín-Baró traçou uma trajetória pessoal e política na qual as contradições e ironias da história se colocariam como marcas latentes.

Em 1959, ano em que a América Latina e o mundo se petrificaram diante da primeira revolução socialista no continente, a Revolução Cubana, do outro lado do Atlântico, Martín-Baró adentrava na Companhia de Jesus. Sob os comandos daquela mesma ordem religiosa que, do século XVI ao século XVIII, formou o arcabouço ideológico da colonização, contraditoriamente Ignacio Martín-Baró entraria para a história da América Latina como o nome mais progressista da psicologia subcontinental na década de 1970/1980.

Formado em filosofia, na Pontificia Universidad Javeriana (Colômbia), no ano de 1964, em teologia pela Facultés Saint-Albert (Bélgica), em 1970, em psicologia na Universidad Centroamericana "José Simeón Cañas" (El Salvador), no ano de 1975, e mestrado e doutorado também em psicologia pela The University of Chicago (EUA), entre 1977-1979, o jesuíta Martín-Baró superou os limites conservadores de sua ordem religiosa e mesmo do mundo acadêmico a qual também pertenceu. No entanto, o nexos entre suas proposições teóricas e a sua prática, isto é, a coerência de sua práxis, tal como um verbo que se fez carne, cruzou com a tragédia coletiva de um pequeno país cujo nome remete ao grande mártir da liturgia cristã – El Salvador.

Ignacio Martín-Baró foi assassinado no outono do ano de 1989, mesmo ano que caiu o Muro de Berlim, e a intelligentsia capitalista passou a

anunciar o “fim da história” e a triunfal vitória da democracia liberal em todo o planeta. (FUKUYAMA, 1992).

Entretanto, na América Central essa democracia, mesmo em no seu sentido mais restrito, não passava de uma abstração eloquente. Para além da fome, da ausência de bens sociais básicos como saúde, educação e moradia, a Guerra Suja praticada pelas ditaduras centro-americanas e apoiadas pelos governos estadunidenses seguiu a promover o pior cenário bélico da história recente da América Latina.

De acordo com Noam Chomsky (1998), na mesma semana do massacre dentro da Universidad Centroamericana (UCA), resultante nos assassinados dos jesuítas, Ignacio Martín-Baró, Ignacio Ellacuría, Segundo Montes, Juan Ramón Moreno, Amando López, y Joaquín López y López e da funcionária Elba Ramos e sua filha Celina Ramos, outros vinte e oito civis também foram executados pelo exército de El Salvador. Entre tais civis estavam um dirigente sindical, uma líder do movimento de mulheres universitárias, nove membros de uma cooperativa agrícola indígena e dez estudantes universitários.

Esse conjunto de acontecimentos, portanto, oferece a dimensão política e social da qual emergiram as obras maiores de Ignacio Martín-Baró e na qual submergiu sua vida.

Assim, em nosso juízo, esses elementos foram as condições objetivas do radicalismo do pensamento desse autor, condições que, outrossim, deram sentido a teoria latino-americana de Libertação Nacional que tanto incidiu sobre suas obras. Por essa razão, o presente artigo apresenta a produção de Martín-Baró no contexto de debate teórico-político a respeito da Libertação Nacional, na América Latina e das insurreições centro-americanas entre a década de 1970 e 1980.

2 A INFLUÊNCIA DA LIBERTAÇÃO NACIONAL SOB BARÓ

Na década de 1960, o antagonismo entre as classes sociais entrou no limite das soluções possíveis no âmbito da conciliação entre capital e trabalho. A Revolução Cubana foi o prelúdio de um contexto de radicalização das lutas populares na América Latina, instalada também em outros lugares do mundo, como no processo de Libertação Nacional da África e da Ásia.

A vitória do Movimento 26 de Julho, em Cuba, colocou pela primeira vez desde a derrota da Revolução Boliviana de 1952 a possibilidade dos trabalhadores latino-americanos superarem suas agruras pela via revolucionária. Esse acontecimento histórico, na urdidura do avanço da luta de classes em escala internacional e regional, produziu também o avanço da consciência sobre o caráter histórico da América Latina.

Entre os principais elementos em debate político daquele período estava o lugar do subcontinente na divisão internacional do trabalho, a postura acovardada da burguesia e a possibilidade do proletariado ser o sujeito social capaz de superar a opressão e exploração imperialista.

Para Michael Löwy (2012), a Revolução de 1959 iniciou a decadência do “marxismo” mecânico difundido pelo estalinismo desde os anos de 1930, que se dedicava a fazer transposições teóricas do desenvolvimento europeu para explicar a formação social latino-americana. Ao lado da tese estalinista entrou em crise a chamada Sociologia da Modernização a qual apregoava que os problemas das sociedades latino-americanas consistiam em sua estrutural atrasada, empecilho para a industrialização. Segundo Marcos Roitman Rosenmann (2013), no lugar dessas teorias etapistas tomou forma uma importante corrente do pensamento crítico da América Latina - a Teoria da Dependência.

Produto da assimilação, negação e superação dos conceitos desenvolvidos pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) sobre o subdesenvolvimento regional, bem como de concepções

teóricas anteriormente desenvolvidas pelo trotskismo, a Teoria da Dependência dialogou com um sentimento da luta anti-imperialista.

O entendimento de que a situação de dependência corresponde à submissão econômica de um país periférico frente à expansão e desenvolvimento dos países centrais, tal como aparece na obra de Theotônio Dos Santos (1970) e Ruy Mauro Marini (2000), abriu espaço para pensar a Libertação Nacional a partir da ação das camadas populares.

Em sua síntese, o movimento de Libertação Nacional na América Latina tinha como composição social os movimentos populares e também setores da pequena-burguesia e mesmo da burguesia, isto é, tratou-se de um movimento teórico e político policlassista, cujo eixo era a defesa da soberania nacional. E por essa razão, assimilou a temática da dependência.

Para além do desdobramento político-programático nos grupos organizados da esquerda latino-americana, essa perspectiva influenciou o campo intelectual no sentido de compreender a Libertação e a busca pelos setores explorados e oprimidos no mais amplo sentido.

De acordo com Márcio Bolda da Silva (1998, p.47):

O divisor de águas, que inaugura um novo contexto e uma nova metodologia de reflexão na América Latina, é a sistematização da categoria sócio-analítica da “dependência”. A noção de dependência é o elemento chave para a interpretação da realidade latino-americana e para a impositação do discurso libertador...Em seu conjunto, o discurso libertador concentra uma polarização de reflexão e de ação sustentada no conteúdo sócio-analítico da noção de dependência. Essa relação entre o discurso libertador e o tema da dependência permite entender o binômio dependência-libertação, surgido na década de 60, em contraposição ao binômio desenvolvimento-subdesenvolvimento, é a causa para explicar o aparecimento da filosofia da libertação.

No âmbito acadêmico o postulado da Libertação Nacional teve como principais áreas, a educação e a sociologia.

No campo educacional, merecem destaque as elaborações de Álvaro Vieira Pinto (1909-1987) e Paulo Freire (1921-1997). Nas formulações desses autores a questão da Libertação Nacional surge vinculada à necessidade de construção de uma educação de caráter popular, na qual a consciência ingênua transite para uma consciência crítica, no sentido de ruptura com

um processo secular de alienação imposta pela colonização. Para tanto, tal educação deveria se interessar pelas demandas democráticas não resolvidas, uma vez que: “é próprio da consciência crítica a sua integração com a realidade, enquanto que da ingênua o próprio é sua superposição à realidade.” (FREIRE, 1967 p.105).

A temática da consciência crítica, tal como proposta por Vieira Pinto e Freire, é diretamente assumida no construto teórico-político de Ignacio Martín-Baró. No texto intitulado *O Papel do Psicólogo*, a influência desses autores aparece na obra baronista não apenas no entendimento político a respeito das tarefas históricas as quais o jesuíta incorpora como tarefas da psicologia latino-americana, como também no debate sobre conscientização. Nas palavras diretas de Martín-Baró (1996 p.16-17):

Como é sabido, conscientização é um termo cunhado por Paulo Freire para caracterizar o processo de transformação pessoal e social que experimentam os oprimidos latino-americanos quando se alfabetizam em dialética com o seu mundo (...). A conscientização não consiste, portanto, em uma simples mudança de opinião sobre a realidade, em uma mudança da subjetividade individual que deixe intacta a situação objetivo; a conscientização supõe uma mudança das pessoas no processo de mudar sua relação com o meio ambiente e, sobretudo, com os demais. Não há saber verdadeiro que não seja essencialmente vinculado com um saber transformador sobre a realidade, mas não há saber transformador da realidade que não envolva uma mudança de relações entre os seres humanos. Ao afirmar que o horizonte primordial da psicologia deve ser a conscientização, se está propondo que o fazer do psicólogo busque a desalienação das pessoas e grupos, que as ajude a chegar a um saber crítico sobre si próprias e sobre sua realidade.

Na referida obra, o conceito de conscientização (consciência crítica), no sentido original proposto por Álvaro Vieira Pinto e Paulo Freire, é inserido por Martín Baró no campo da psicologia como um conceito submetido à concretude. Dessa maneira, conscientização não implica em uma abstração distanciada da realidade popular, mas uma elevação dessa realidade para níveis superiores de compreensão, na qual aparência imediata da materialidade da vida cotidiana é apreendida para além de suas manifestações mais acabadas.

No entanto, a respeito da vinculação entre o conhecimento científico e as demandas populares, o certo é que não apenas os pressupostos da Pedagogia da Libertação tiveram influência sobre os escritos baronistas.

Na Colômbia surgiu outro nome importante que dialogaria com as prerrogativas da Libertação Nacional no âmbito do conhecimento sistematizado – Orlando Fals Borda (1925-2008). Também importante referência para o pensamento de Ignacio Martín-Baró, o autor colombiano tornou-se um dos principais teóricos na América Latina a questionar o eurocentrismo como parâmetro de investigação para a realidade do subcontinente. Para Fals Borda (2014 p.149):

Um desses campos novos para a sociologia seria indubitavelmente o da libertação, isto é, a utilização do método científico para descrever, analisar e aplicar o conhecimento para transformar a sociedade, perturbar a estrutura de poder e de classes que condiciona essa transformação e colocar em marcha todas as medidas condizentes a assegurar uma satisfação maior e real do povo. (FALS BORDA, 2014 p.149 – tradução nossa).

A utilização dos meios científicos como um dos meios para transformar a realidade, premissa defendida por Orlando Fals Borda, não somente foi assimilada por Martín-Baró, como também ganhou em seus escritos uma crítica anticolonial que deveria ser inserida no campo científico. Tal crítica está presente no texto *Conscientización y Currículos Universitários*, um dos textos mais elucidativos a respeito da forma e conteúdo que a ciência deveria adquirir para atuar na realidade latino-americana. Nele Martín-Baró (1998 p.136) afirma:

Por penetração cultural entendo aqui todas aquelas atividades universitárias em que frente a nossa realidade, se empregam esquemas de compreensão, abordagem, enfoques, sistemas e soluções distantes que, de forma acrítica, consagram nossa situação de dependência histórico-estrutural. Não se trata de adaptar melhor ou pior aos nossos problemas o pensamento e a ciência alheia. Se trata de que o ponto de partida é radicalmente falso. Quando se arranca da ciência pré-fabricada, isto é, fabricada em outro lugar, e não do exame dos nossos problemas, todo o desenvolvimento se encontra já, por ele mesmo, viciado. Isso não quer dizer que tínhamos que gerar do zero uma ciência ou uma técnica própria; isso quer dizer, simplesmente, que uma ciência não encarnada é uma ciência alienada, e que a encarnação não se conquista enfocando nossa realidade com esquemas já preparados, senão pedindo respostas ou ajuda à ciência (ou à técnica), a partir

de nossa realidade. É muito distinto ir à ciência a partir da nossa realidade que ir a nossa realidade a partir de uma ciência já feita.

Aqui é possível encontrar a síntese superior que Ignacio Martín-Baró fez a partir da contribuição da Pedagogia da Libertação formulada tanto por Vieira Pinto como por Paulo Freire, bem como da contribuição da Sociologia da Libertação proposta por Fals Borda. Mas para além disso, verifica-se ainda que na passagem citada, Baró elucida que a responsabilidade da ciência com a transformação social e política não se limita a inserir-se na realidade, mas apreender tal realidade como ponto de partida para pensar quais as contribuições que a ciência pode oferecer às demandas populares.

No entanto, se por um lado é certo que a articulação entre ciência e as tarefas democráticas foi uma contribuição acadêmica para o pensamento de Martín-Baró, por outro lado, é seguro que a questão da Libertação, assimilada por esse autor, teve a influência também de outra instituição que compunha sua vida – a Igreja.

Segundo Juan, José Tamayo (2011), a partir de 1960 setores da Igreja na América Latina internalizaram a problemática da dependência e assimilaram o conceito de Libertação, daí derivou a Teologia da Libertação no subcontinente. Para esse autor, o conceito de Libertação aparece entre os quadros da Igreja como substituto do conceito de desenvolvimento que até então se adotava nas sociedades latino-americanas como sinônimo de progresso a ser percorrido pelos países da região de modo a alcançar o estágio civilizatório da Europa e dos EUA.

O estopim para essa mudança paradigmática entre alguns setores da Igreja pode ser encontrado no acirramento da luta de classes na região, tal como fica explícito no próprio documento de abertura da Conferência que seria considerada a fundadora da Teologia da Libertação – a Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano de Medellín:

(...) estamos na entrada de uma nova era histórica do nosso continente, cheia de desejo de emancipação total, de liberdade de toda servidão, de amadurecimento pessoal e de integração coletiva. Percebemos aqui os prenúncios na dolorosa gestão de uma nova

civilização. (Conferência Geral de Medellín, 1968 apud DUSSEL, 1981 p. 64 – tradução nossa).

Nos anos posteriores à Conferência de Medellín, essa compreensão de liberdade em sentido histórico e concreto imbuíu as ações e elaborações de diversos eclesiásticos na América Central. Em El Salvador, destacaram-se os nomes da Companhia de Jesus, tais como Jon Sobrino, Ignacio Ellacuría e Ignacio Martín-Baró. O entendimento de liberdade como bem imaterial inseparável da vida material, pressuposto da Teologia da Libertação, apresenta-se da seguinte maneira no pensamento de Martín-Baró (1998 p.142-143).

Contudo, todo processo histórico que não implique a radical liberdade de um povo não é um processo autêntico. E não mitifiquemos o conceito de liberdade: a liberdade se expressa e se realiza historicamente nas liberdades concretas e as liberdades se obtém por meio de um processo de libertação. Por isso, uma conscientização que não desencadeia as forças libertadoras é uma falsa conscientização. Precisamente por isso sinalamos antes que a conscientização deve ser essencialmente política. Conscientização e libertação são processos imbricados que configuram a espinha dorsal do devir histórico de um povo até sua autenticidade. A libertação, é verdade, não se reduz a descer às ruas ou a vida cotidiana; mas não haverá libertação enquanto não exista uma ação concreta nas ruas e na vida cotidiana.

Entretanto, apesar da explícita incidência da Igreja e da acadêmica na incorporação dos conceitos de Libertação e conscientização, nos parece ainda insuficiente atribuir exclusivamente a esses campos a força do pensamento de Ignacio Martín-Baró. Localizada em um contexto de extrema radicalização da luta de classes na América Latina, a sua obra também manifesta o espírito de uma época na qual as circulações de ideias tiveram concretude nas lutas organizadas.

3 AMÉRICA CENTRAL: EPICENTRO REVOLUCIONÁRIO ENTRE 1970 E

1980

A compreensão do caráter unitário das insurreições populares centro-americanas, tanto nos anos de 1930 quanto na década de 1970, exige como primeiro esforço analítico o entendimento da formação histórica da região. Sua divisão geopolítica em seis países, por exemplo, diz mais sobre a necessidade das nações que exploram a América Central do que uma real divisão cultural, econômica, social e geofísica. Essa é a razão pela qual o leitor encontra nesse trabalho um contexto histórico, sob o qual emergiu a obra de Baró, definido como centro-americano e não apenas como salvadorenho.

Ao contrário da América do Sul, parte significativa da região que se define por América Central mantém uma unidade histórica que a torna uma nação fragmentada em países ligados por uma pequena extensão geográfica. Entretanto, tal unidade não se moldou apenas pela formação histórico-cultural do período pré e pós-Colombiano, mas também pela forma de espoliação que os países imperialistas, eufemisticamente também chamados de países centrais, perpetraram contra o povo centro-americano.

Enclave anglo-saxão pós-independência, desde a metade do século XIX, a região foi dominada por interesses imperialistas ingleses e posteriormente estadunidenses, os quais combinaram sua dominação com a formação de uma classe oligárquico-burguesa autóctone, que fraca economicamente se impôs como força política por meio de regimes ditatoriais subservientes aos centros capitalistas.

Por essa razão, é possível compreender que a superexploração advinda da divisão internacional do trabalho e a opressão semicolonial também constituíram a unidade centro-americana. E diante de um Estado autocrático em sua característica extrema - regimes militares - essa simbiose entre superexploração e opressão conformou um quadro

histórico, no qual os de baixo foram obrigados a combinar a luta pelas tarefas democráticas com a extrema radicalidade da ação direta.

A estrutura latifundiária erguida desde a extinção dos *ejidos*, portanto, sob a opressão contra a população indígena-campesina; a perseguição e assassinatos contra sindicalistas e líderes populares, somado ao conjunto de miséria de toda ordem, determinaram a fragrância histórica exalada na primavera de 1978 que abriu a insurreição popular centro-americana na Nicarágua e que posteriormente se estendeu para El Salvador e cruzou com a guerra civil guatemalteca.

Como dizemos anteriormente, o êxito da Revolução em Cuba inspirou diversas ações dos povos latino-americanos em sua luta contra a exploração e a opressão semicolonial. Na América Central, diversos grupos de jovens estudantes e de trabalhadores das zonas rurais e urbanas adotaram os métodos de guerrilha para derrotar as ditaduras militares que subjugava as camadas populares.

A unidade desses vários pequenos grupos que surgiram deram origem a uma das organizações guerrilheiras mais importantes da América Central e da história da Nicarágua – a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Em sua origem, essa organização surgiu na cidade hondurenha de Tegucigalpa em 1961, enquanto Frente Nacional de Libertação, modificando seu nome somente no ano seguinte.

A ação guerrilheira da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), na Nicarágua contra o governo de Somoza permitiu uma síntese superior na luta centro-americana contra os governos burgueses e sua forma política autocrática. Ao ciclo revolucionário aberto na Nicarágua somou-se a crise política em El Salvador, cujo estopim foi o assassinato do arcebispo Óscar Romero em 1981, e redimensionou o conflito armado na Guatemala a partir da conformação da Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG).

O descontentamento da classe trabalhadora nicaraguense, salvadorenha e guatemalteca se transformou durante as décadas de 1970-1980 em uma guerra civil subcontinental com cerca de 300 mil

pessoas assassinadas, mais de 40 mil desaparecidos e 1 milhão de refugiados.

Naquele contexto, se por um lado os EUA usaram os governos da região, tal como em Honduras, como plataforma contrarrevolucionária para atacar os movimentos guerrilheiros, por outro lado, o processo insurrecional centro-americano atuou como força centrípeta da solidariedade dos setores organizados dos trabalhadores latino-americanos.

A máxima e efetiva expressão da solidariedade da classe trabalhadora latino-americana para com as revoluções centro-americanas foi a configuração da Brigada Simón Bolívar para atuar política e militarmente na Nicarágua. Segundo Graco (2009) essa brigada foi responsável por nada menos do que recrutar trabalhadores em diversos países da América Latina e Caribe, a partir de um chamado político realizado na Colômbia pelo partido trotskista – Partido Socialista de los Trabajadores- PST, para lutar lado a lado com os guerrilheiros centro-americanos.

Outro elemento relevante a considerar sobre a guerra civil centro-americana, é que a ação guerrilheira constituiu-se como força militar de uma revolta popular. Por essa razão, não foi possível o imperialismo reestruturar a ordem competitiva na América Central por meio do mero uso da força.

O apoio popular à guerrilha a partir de métodos históricos de ação da classe trabalhadora, como greves, ocupações, etc. permitiu a criação de um poder dual sob o qual o proletariado centro-americano efetivamente destruiu a ordem oligárquico-burguesa, ainda que nas décadas seguintes essa tenha sido restaurada pela via democrático-liberal.

Assim como ocorrera com a Revolução Cubana, o protagonismo das camadas populares centro-americanas tornou-se durante os anos 1970-1980 a força gravitacional de intelectuais progressistas. A compreensão de que a conquista do poder não se resume ao domínio do aparato do Estado, mas exige também a construção de uma nova concepção sobre os sujeitos sociais historicamente coadjuvantes nas

decisões políticas da América Latina, parte da intelectualidade tornou-se ativa do processo de luta. Para Cruz (1983), não por acaso que o lema da Asociación Nacional de Educadores Salvadoreños (ANDES) durante a guerra civil era “Leer a realidad, escribir la história”, sob o qual professores alfabetizavam em campos de refugiados de El Salvador, Nicarágua e Guatemala, além de participarem dos embrionários organismos de duplo poder e cumprirem suas tarefas comunitárias em regiões controladas pelas guerrilhas.

É seguro que esse movimento não foi uma via unilateral no qual os setores médios e intelectuais deslocaram-se para as camadas populares. A própria força de um projeto popular, que ora se expressava explicitamente em seu sentido, ora no significado de sua ação, abriu fissuras nos aparelhos ideológicos do Estado.

A atuação vanguardista de importantes estratos da Igreja e da Universidade foi exemplo da afirmação acima. Influenciados pelo acirramento da luta de classes esses espaços, contraditoriamente, não apenas deram organicidade ideológica para a luta coletiva, como também formaram quadros teóricos que incidiram sobre esse processo e dele apreenderam as bases para a construção de uma nova sociedade em diversos âmbitos: cultural, educacional, político, etc. (PRENDES, 2014).

Inserido nesse cenário político e social, enquanto sujeito eclesiástico e concomitantemente acadêmico, Ignacio Martín-Baró esteve, portanto, envolto ao deslocamento de setores da Igreja e da academia para a realidade objetiva. Não por acaso naquela estremadura seu pensamento ganhou sentido histórico, de modo a redefinir o caráter político da psicologia e ao mesmo tempo submeter esta área de conhecimento às demandas dos povos centro-americanos.

Essa redefinição da função política e científica da psicologia ganhou forma a partir do questionamento levantado por Martín-Baró a respeito do papel da psicologia no âmbito da formação econômico-social da América Latina. Para o Baró (2017 p.67):

A história presente dos povos latino-americanos coloca um desafio à Psicologia e, mais concretamente, à Psicologia Social. Trata-se de observar se como psicólogos, ou seja, a partir da especificidade de nossa disciplina, temos alguma contribuição significativa para dar à resolução dos gravíssimos problemas que confrontam nossos países. Todavia, o desafio não se limita a apresentar a possibilidade abstrata de qualquer contribuição psicológica, mas refere-se a uma pergunta mais concreta e radical que questionar se tal contribuição pode responder às exigências das maiorias populares.

Assim como propôs Vieira Pinto e Paulo Freire na área educacional e tal como fez Fals Borda na sociologia, em tal passagem é indubitável que Ignacio Martín-Baró defendeu a inserção da psicologia nas lutas populares a partir de sua condição enquanto área de conhecimento. Isso afasta alguns equívocos interpretativos sobre as reais proposições de Martín-Baró.

O primeiro e mais comum desses equívocos se trata de colocar os dizeres de Martín-Baró como produto direto de uma militância, quando sua proposição era assumir as demandas democráticas a partir de um lugar específico que estava reversado ao seu trabalho – a psicologia. Nesse sentido, sua teoria se aproxima mais da condição de um intelectual orgânico do que da condição de membro de um organizador coletivo (partido, sindicato, etc.).

No outro extremo decorre outra interpretação incorreta, em nosso juízo, aquela que compreende a obra baronista como uma psicologia redentorista, a qual seria responsável pela transformação absoluta dos problemas colocados na realidade subcontinental. A respeito disso Martín-Baró elucidou (1996 p.22):

Não está nas mãos do psicólogo, enquanto tal, mudar as injustas estruturas socioeconômicas de nossos países, resolver os conflitos armados ou resgatar a soberania nacional, servilmente penhorada aos Estados Unidos. Não obstante, há uma tarefa importante que o psicólogo deve cumprir e que requer tanto o reconhecimento objetivo dos principais problemas que afligem os povos centro-americanos como a definição da contribuição específica do psicólogo em sua resolução. Pois se o psicólogo, por um lado, não é chamado a intervir nos mecanismos socio-econômicos que articulam as estruturas de injustiça, por outro é chamado a intervir nos processos subjetivos que sustentam e viabilizam essas estruturas injustas.

Assim, se destacam dois aspectos importantes no pensamento do espanhol-salvadorenho. Por um lado, ele reconhece que a superestrutura institucional na qual estão abrigadas as ciências, em especial as ciências humanas são insuficientes para transformar as relações sociais que estão no âmbito da estrutura da sociedade. Por essa razão, apesar da condição de acadêmico, não se encontra no pensamento de Ignacio Martín-Baró um debate circunscrito aos círculos acadêmicos. Ao contrário disso, em sua obra as condições objetivas das camadas populares se sobressaem como pano de fundo de suas análises e propostas teórico-metodológicas.

Por outro lado, mesmo ao assumir a insuficiência da academia para a transformação requerida pela condição de vida das maiorias populares, Martín-Baró não propõe uma ruptura com a ciência. Ao contrário, assume que a ciência é inerente à política, de tal maneira que no caso latino-americano a posição política que deveria ser assumida era aquela reclamada pelas agruras sociais.

Por essa razão, alguns teóricos como Ignacio Dobles (2016) entendem que a perspectiva baronista aproxima-se do materialismo marxista, ao reafirmar que dentro dos limites de sua atuação o psicólogo precisa compreender a subjetividade enquanto produto das relações sociais e intervir nesses aspectos subjetivos provocados pelos problemas histórico-estruturais.

Entretanto, em nosso entendimento, o movimento de ultrapassar a expressão fenomênica da realidade e entendê-la em suas múltiplas determinações, não necessariamente aproxima o pensamento baronista do marxismo, visto que o próprio autor jesuíta refutou as bases do materialismo histórico e dialético como meio de compreensão da realidade. Segundo Martín-Baró (1963 p. 4): “A teoria do conhecimento do materialismo dialético, por - mais lógica que nos possa parecer, parte de um postulado falso”.

A busca por determinações históricas e sociais que oferecem particularidade à condição da América Latina é outra característica dos teóricos da Libertação Nacional, que em alguns casos usaram elementos

do pensamento marxista, mas não assumiram o marxismo enquanto programa política tal qual ele foi concebido por Marx.

Na medida em que ocorreu o acirramento da luta entre os setores sociais nos países latino-americanos, a crítica anticolonial, portanto, uma crítica que exigiu uma análise criteriosa das estruturas das sociedades latino-americanas, transformou-se em elemento basilar do programa político dos setores ligados à teoria da Libertação Nacional. Assim, seu eixo programático foi composto pela defesa da soberania econômica, política e cultural dos países subcontinentais, contudo sem romper com os princípios da propriedade privada dos meios de produção e sua estrutura de classes. Isso aparece quando o autor eleva o conceito de povo acima do conceito de classe social para definir o sujeito social das transformações históricas. De acordo com Martín-Baró (1974 p.18-19):

Povo é, portanto, abertura. Abertura frente a todo fechamento, flexibilidade frente a todo enquistamento; elasticidade frente a toda rigidez; disponibilidade frente a todo estancamento. Povo é a fome de mudança, afirmação do novo, vida em esperança. (...) Não é possível reduzir a realidade do povo a uma determinada classe social, o que não impede que, num momento ou situação histórica, uma determinada classe social possa constituir o povo por excelência e mesmo identificar-se com ele. Povo é um conceito que, sem contornar a realidade do conflito histórico (o que lhe poupa a acusação de idealismo), abarcar ou pode abarcar mais que o conceito de classe social (classe trabalhadora; proletariado). Nem todo proletário, pelo simples fato de sê-lo, é povo. Bem é verdade que dificilmente se pode chegar a ser povo nas atuais circunstâncias sem sofrer em si mesmo o impacto da proletarização.

Em tal passagem não resta dúvida a respeito da diferença de Baró em relação às perspectivas teóricas e políticas do materialismo histórico e dialético. Porém, o mesmo não pode ser aplicado ao campo teórico da Libertação Nacional, cujo centro não é a luta entre as classes, mas sim a luta contra a opressão estrangeira nos territórios nacionais.

No caso da América Latina, segundo a teoria e a política da Libertação Nacional, essa opressão não assume totalmente um caráter de classe, sendo instrumentalizada apenas por um setor da classe dominante, em geral pelo setor mais retrógrado ligado ao passado oligárquico. (FMLN, 1999). Isso não implica que no processo de luta pelas tarefas democráticas

mais elementares, as correntes políticas e teóricas da Libertação Nacional não tenham galvanizado as demandas mais sentidas pela classe trabalhadora, ao contrário, a radicalidade dessa corrente de pensamento, que em nosso entender também é composta pela obra de Martín-Baró, ganhou sentido concreto e radical justamente ao ter êxito em dialogar com as condições básicas de sobrevivência das camadas populares.

4 CONCLUSÃO

É possível verificar a atuação e a produção de Ignacio Martín-Baró como expressão do salto qualitativo que a luta de classes ganhou ao transformar-se em guerra civil na América Central. Mas também é possível compreender sua obra como fio contínuo de um setor progressista da Igreja e de uma vanguarda acadêmica que prepararam as bases organizativas sob as quais se ancoraram as reivindicações populares e o movimento guerrilheiro na década de 1970-1980.

Enquanto teórico da Libertação Nacional e na condição de precursor dessa teoria no campo da psicologia, Martín-Baró assimilou o contexto revolucionário-centro americano e ao mesmo tempo o superou no sentido propositivo, ao apropriar-se do sensível para compreendê-lo em múltiplas dimensões.

Desse modo, a perspectiva baronista foi fiel ao espírito de sua época, isto é, o compromisso político que diversos intelectuais das mais diversas áreas tiveram com as demandas democráticas, ao tentarem estabelecer uma ciência humana que superasse a desumanização dos povos latino-americanos. Na radicalidade do pensamento de Martín-Baró isso ocorreu não somente por meio do rigor técnico da ciência, como também por meio de uma profunda e decisiva crítica ao colonialismo intelectual e ao caráter antipopular dos meios acadêmicos.

Ao tratar as vicissitudes expostas pela conjuntura da guerra, porém redimensioná-las sob sua gênese estrutural e percebê-la como gestação de uma nova perspectiva histórica, social, política, cultural, sua obra torna-se contemporânea, mas não necessariamente coetânea ao período

de sua produção. É nesse sentido, então que o trabalho de Ignacio Martín-Baró torna-se histórico, mas também parte da história da América Latina, um legado para pensar que a construção do conhecimento na América Latina não escapa das lutas coletivas, tampouco da luta regional por sua Libertação Nacional.

5 REFERÊNCIAS

CHOMSKY, Noam., El contexto sócio-político del asesinato de Ignacio Martín-Baró. In Blanco, A. (Org), **Psicología de la Liberación**. Madrid: Editorial Trotta, 1998 p. 343-355.

DE LA CRUZ, Miguel. La educación y la guerra en El Salvador. **Nueva Antropología** vol. 06, p. 83-94, jun.1983. n.º 21. Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=15962106> Acesso em 12 jan.2020.

DOBLES, Ignacio Opereza. **Ignacio Martín-Baró: una lectura en tiempos de quiebres y esperanzas** San José: Arlekin, 2016.

DUSSEL, Enrique. **De Medellín a Puebla: Uma década de sangue e esperança**. São Paulo: Loyola, 1981

FALS BORDA, Orlando. **Ciencia, Compromisso y Cambio Social**. Buenos Aires: El Colectivo Lanzas y Letras Extensión Libros, 2012

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e as Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FRENTE FARABUNDO MARTÍ DE LIBERTAÇÃO NACIONAL Programa do Governo Democrático Revolucionário In LÖWY, M. (Org). **O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo. Perseu Abramo, 1999 p. 368-369.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GRACO, Fernando. A Brigada Simón Bolívar. Revista **Marxismo Vivo**, São Paulo v.9 n.º 21, p. 62-67, jul. 2009. Disponível em <https://archivoleontrotsky.org/view?mfn=8363> Acesso em 17 jan.2020.

LÖWY, Michael. **O Marxismo na América Latina - uma antologia de 1909 aos dias atuais**, 2ª edição. São Paulo, Perseu Abramo, 2012.

MARINI, Ruy. Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **La Teoría del conocimiento según el materialismo dialéctico**. Dissertação de Mestrado. Universidad Centroamericana – José Simeón Cañas (UCA), San Salvador, 1963. Disponível em: <http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/articulo/la-teoria-del-conocimiento-del-materialismo-dialectico/> Acesso em: 17 jun. 2020.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Quien es pueblo?: reflexiones para una definición del concepto de pueblo**. San Salvador: ECA, 1974. Disponível em <http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/articulo/quien-es-el-pueblo-reflexiones-para-una-definicion-del-concepto-de-pueblo/> Acesso em: 17 jun. 2020.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Conscientización y Currículos Universitarios. In: BLANCO, Amalio. (Org.). **Psicología de la Liberación**. Madrid: Editorial Trotta, 1998, p.131-159.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O Papel do Psicólogo In: **Estudo de Psicologia** v.2, nº1, p. 7-27, 1996. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>. Acesso em 15 fev.2020.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O desafio popular à Psicologia Social na América Latina In LACERDA JÚNIOR, F. (Org). **Crítica e Libertação na Psicologia: Estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MARX, Karl. **Grundisse**, São Paulo: Boitempo, 2013.

PRENDES, Jorge Cárceres. Radicalismo político em los estudiantes de la Universidad de El Salvador durante el siglo XX. La Federación de Estudiantes Universitarios Social Cristianos. In ÁVILA, Jorge Juárez (Org.) **Historia y debates sobre el conflicto armado salvadoreño y sus secuelas**. San Salvador: Fundación Friedrich Ebert, p.45-53.

ROSENMANN. Marcos Roitman. **Pensar América Latina: el Desarrollo de la sociología latino americana** - Buenos Aires: CLACSO, 2008.

SANTOS, Theotonio. Las crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependência en América Latina. In: JAGUARIBE, Hélio. [Org] **La dependência político-económica de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2017 p.125-156.

SILVA, Márcio Bolda. **A filosofia da libertação: a partir do contexto histórico-social da América Latina.** Roma: Gregorian University Press, 1998.

TAMAYO, Juan José. **La teología de la liberación: En el nuevo escenario político y religioso.** Valencia: Tirant Lo Blanch, 2011.